

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.507.465 - SP (2019/0144160-1)

RELATOR : MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE
AGRAVANTE : COMPANHIA BOA VISTA DE DESENVOLVIMENTO IMOBILIÁRIO
AGRAVANTE : JHS F PARTICIPACOES S/A
ADVOGADOS : ALUÍSIO CABIANCA BEREZOWSKI E OUTRO(S) - SP206324
RODOLFO FONTANA BOEIRA DA SILVA - SP343143
AGRAVADO : SOLUCOES - COMERCIO ALIMENTICIO LTDA
OUTRO NOME : GOSTINHO CASEIRO SOLUÇÕES E COMÉRCIO ALIMENTÍCIO LTDA.
AGRAVADO : ROSELI FARIA
AGRAVADO : DARCI CAMARGO DE MENDONCA
ADVOGADOS : AGNELO BOTTONE E OUTRO(S) - SP240550
HELLEN DOS SANTOS DOMICIANO ANTONELLI - SP278777
ADRIANA CRISTINA DO NASCIMENTO FERNANDES - SP191710
INTERES. : MATEC ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA
ADVOGADO : NARJARA KOCH - SP368302

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES. INTERPRETAÇÃO DE CLÁUSULA E REEXAME DE PROVA. SÚMULAS N. 5 E 7/STJ. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão que não admitiu recurso especial interposto por COMPANHIA BOA VISTA DE DESENVOLVIMENTO IMOBILIÁRIO e JHS F PARTICIPAÇÕES S.A., com fundamento nas alíneas *a* e *c* do permissivo constitucional, desafiando acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo assim ementado (e-STJ, fls. 1.149-1.150):

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES - do contrato (- negócio jurídico-) é que nascem os direitos e as obrigações das partes contratantes, sem alcançar terceiros alheios à relação contratual - existiram dois contratos, um de empreitada entre as Corrés e outro de prestação de serviços entre a Coautora, pessoa jurídica, e as Corrés - cláusula do contrato de empreitada, para a Corrê, empreiteira administrar a alimentação dos funcionários do empreendimento das Corrés, contratante, não alcança a Coautora, prestadora de serviço - obrigação de pagar a prestação de serviços cabe às Corrés titulares

do empreendimento - dano moral reflexo às sócias da Coautora, prestadora de serviço, pelo não pagamento da prestação de serviço, não caracterizado - inexistência de lucros cessantes e danos morais - improcedência da ação em relação à CORRÊ MATEC ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA. - AGRAVOS RETIDOS CONHECIDOS E NÃO PROVIDOS - RECURSO DE APELAÇÃO DA CORRE MATEC PROVIDO - RECURSO DE APELAÇÃO DAS AUTORAS NÃO PROVIDO.

Os embargos de declaração foram rejeitados (e-STJ, fls. 1.172-1.184).

Em suas razões de recurso especial (e-STJ, fls. 1.187-1.196), as agravantes alegaram violação aos arts. 611 do Código Civil de 2002 e 1.022 do Código de Processo Civil de 2015, bem como a existência de dissídio jurisprudencial.

Sustentaram, em síntese, que o acórdão recorrido não se manifestou a respeito da questão de exclusão da responsabilidade da Matec, suscitada nos aclaratórios e imprescindível para a solução da controvérsia.

Ressaltaram que a Matec foi contratada para a obra de loteamento, em regime de empreitada global, sendo responsável por todos os riscos relacionados à demanda, até a entrega da obra.

Asseveraram que, na "cláusula 10.1.10, é obrigação exclusiva da Matec não só administrar a alimentação dos funcionários que trabalharam na obra, mas também providenciá-la, termo dentro do qual, por evidente, se enquadra a obrigação de adquirir e pagar pela comida" (e-STJ, fl. 1.195).

Não foram apresentadas contrarrazões.

O processamento do apelo especial não foi admitido pela Corte local, levando as insurgentes a interpor o presente agravo.

Contraminutas apresentadas (e-STJ, fls. 1.229-1.244 e 1.246 e 1.251).

Brevemente relatado, decido.

De plano, vale pontuar que os recursos em análise foram interpostos na vigência do NCPC, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado Administrativo n. 3, aprovado pelo

Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: "Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

No tocante à suposta negativa de prestação jurisdicional, é preciso deixar claro que o acórdão recorrido resolveu satisfatoriamente as questões deduzidas no processo, sem incorrer nos vícios de obscuridade, contradição ou omissão com relação a ponto controvertido relevante, cujo exame pudesse levar a um diferente resultado na prestação de tutela jurisdicional.

Assinala-se que o aresto impugnado expressamente enfrentou as questões suscitadas pelas agravantes, tratando-se, na verdade, de pretensão de novo julgamento das matérias.

Desse modo, aplica-se à espécie o entendimento pacífico do STJ segundo o qual "não se configura a ofensa aos arts. 489, § 1º, e 1.022 do Código de Processo Civil/2015, uma vez que o Tribunal de origem julgou integralmente a lide e solucionou a controvérsia, tal como lhe foi apresentada" (REsp n. 1.638.961/RS, Relator o Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 13/12/2016, DJe 2/2/2017).

Com relação à responsabilidade da Matec, o Tribunal de origem consignou o seguinte (e-STJ, fls. 1.156-1.158):

A corré MATEC e a corre COMPANHIA BOA VISTA firmaram um contrato de empreitada global (fls. 450/494), do empreendimento Fazenda Boa Vista, no qual a corré MATEC assumiu a obrigação de "administrar o transporte e alimentação de todo o pessoal, próprio ou de terceiros, empregado nas Obras, sem distinção de categoria ou função, quando necessário." Portanto, a corré MATEC possuía a função de administrar (-gerir o negócio particular das demais Corrés-) e não pagar o fornecimento da alimentação para todos os funcionários do empreendimento, em razão do contrato de empreitada firmado com a corré COMPANHIA BOA VISTA.

Como existiram duas relações contratuais distintas, a de empreitada global entre a corré MATEC e a COMPANHIA BOA VISTA, sem qualquer participação da coautora GOSTINHO CASEIRO; e a relação contratual entre a Autora e a corré MATEC para a prestação de serviço de fornecimento de alimentação aos funcionários do empreendimento de propriedade das demais Corrés, e a Coautora cumpriu o contrato de prestação de serviços deve-se verificar as obrigações das Rés decorrentes de cada relação contratual.

Em relação à cláusula do contrato de empreitada que determinava a obrigação da corré MATEC gerenciar ou administrar, não significa pagar a alimentação dos funcionários de outras empreiteiras que trabalhavam no empreendimento das demais Corrés, e não pode ser aplicada para exigir que a corré MATEC pague a alimentação prestada aos funcionários do empreendimento pertencentes as outras empreiteiras. A corré MATEC pagou a prestação de serviço que foi feita para os seus funcionários, conforme reconhece a coautora GOSTINHO CASEIRO, ao afirmar que a corré MATEC não possui débito.

A coautora GOSTINHO CASEIRO alega que firmou contrato verbal de prestação de serviço de fornecimento de refeições com a corré MATEC para os funcionários do empreendimento Fazenda Boa Vista, que pertencia as corrés COMPANHIA BOA VISTA e JHS. A coautora GOSTINHO CASEIRO possuía conhecimento de que os funcionários pertenciam a outras empreiteiras e que estas seriam responsáveis pelo pagamento da prestação de serviço. Tanto que segundo o depoimento da sua testemunha Cristina Silva Barbosa, "As notas fiscais eram emitidas com a identificação das empreiteiras e da identificação do local onde o grupo prestava serviço."

O empreendimento pertencia as corrés COMPANHIA BOA VISTA e JHSF, e diante da prova testemunhai produzida, as notas fiscais emitidas pela coautora GOSTINHO CASEIRO referentes as demais empreiteiras eram enviadas para corré JHSF pagar, como todas as notas fiscais de despesas do empreendimento eram encaminhadas para as duas Corrés.

Uma vez que as corrés COMPANHIA BOA VISTA e JHSF eram titulares do empreendimento possuíam a obrigação de pagar a prestação de serviço de fornecimento de refeições realizada pela coautora GOSTINHO CASEIRO aos funcionários do empreendimento, ficando excluída de tal obrigação a corré MATEC, por ter pago, o fornecimento de refeições para os seus funcionários.

Verifica-se que a revisão do julgado recorrido exigiria o revolvimento das cláusulas pactuadas entre as partes e das circunstâncias de fato pertinentes ao caso, o que não se admite em recurso especial, diante da aplicação das Súmulas n. 5 e 7 desta Corte.

Nesse sentido :

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA Nº 282/STF INTERPRETAÇÃO DE CLÁUSULA E REEXAME DE PROVA. SÚMULAS Nº 5 E Nº 7/STJ. INVIABILIDADE. 1. Ausente o prequestionamento, até mesmo de modo implícito, dos dispositivos apontados como violados no recurso especial, incide, por analogia, o disposto na Súmula nº 282 do Supremo Tribunal Federal. 2. As questões de ordem pública, embora passíveis de conhecimento de ofício nas instâncias ordinárias, não prescindem, no estreito âmbito do

recurso especial, do requisito do prequestionamento. 3. Rever questão decidida com base na interpretação das normas contratuais e no exame das circunstâncias fáticas da causa esbarra nos óbices das Súmulas nºs 5 e 7 deste Tribunal. 4. Agravo regimental não provido. (AgRg no AREsp n. 568.759/SP, Relator Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, DJe 27/10/2015)

AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. VIOLAÇÃO AO ARTIGO 535 DO CPC. NÃO CONFIGURAÇÃO. ACÓRDÃO QUE ANALISOU TODAS AS QUESTÕES SUSCITADAS, APRESENTANDO FUNDAMENTAÇÃO ADEQUADA ÀS CONCLUSÕES ADOTADAS. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282/STF E 356/STF. INCIDÊNCIA. MATÉRIA ARGUÍDAS SOMENTE EM EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INOVAÇÃO RECURSAL. DEFICIÊNCIA NAS RAZÕES RECURSAIS. RAZÕES DISSOCIADAS. SÚMULA 284/STF. PRETENSÃO QUE DEMANDA O REEXAME DE FATOS E PROVAS E A INTERPRETAÇÃO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS. SÚMULAS 5/STJ E 7/STJ. INCIDÊNCIA. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. NÃO DEMONSTRAÇÃO. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

(AgRg no AREsp n. 626.932/SC. Relator Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, Terceira Turma, DJe 19/10/2015).

Ante o exposto, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se.

Brasília, 12 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator